SOUZA LIMA, Antonio Carlos de & PALADINO, Mariana (orgs.). 2012. *Caminos hacia la educación superior: los programas Pathways de la Fundación Ford para pueblos indígenas en México, Perú, Brasil y Chile*

Rio de Janeiro: E-Papers. 260 pp.

Mônica Celeida Rabelo Nogueira

REFERÊNCIA

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de & PALADINO, Mariana (orgs.). 2012. *Caminos hacia la educación superior: los programas Pathways de la Fundación Ford para pueblos indígenas en México, Perú, Brasil y Chile.* Rio de Janeiro: E-Papers. 260 pp.

1 *Caminos hacia la educación superior* é uma coletânea que resulta dos esforços do Laboratório de Investigações em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento (Laced) do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), para o monitoramento e a análise do processo de escolarização de indígenas no Brasil, por meio do projeto "Trilhas de conhecimentos: o ensino superior de indígenas no Brasil". Sem dúvida, o Laced é o coletivo mais produtivo no país sobre o tema, tendo organizado e colocado à disposição do público interessado um bom conjunto de livros nos últimos dez anos — muitos dos quais para *download* gratuito, como é o caso da obra referida, acessível em: http://laced.etc.br/site

2 Embora a Nota Editorial da coletânea destaque que os textos que a compõem datam de 2008, as reflexões permanecem atuais. Há uma significativa produção sobre educação

escolar indígena no Brasil, mas poucos títulos se referem estritamente ao recente ingresso de indígenas no ensino superior. A despeito do quão recente seja esse fenômeno, seu desenvolvimento tem se dado de forma acelerada, primeiro a partir da ampla difusão das licenciaturas interculturais para a formação de professores indígenas, depois pelo estabelecimento de sistemas de cotas em cursos diversos, como medicina, enfermagem, antropologia e direito, em universidades públicas e particulares Brasil afora.

3 Além de avançar nessa direção, focalizando o ensino superior de indígenas, a coletânea *Caminos hacia la educación superior* nos oferece uma perspectiva desse fenômeno em parte da América Latina, reunindo relatos da implementação do programa *Pathway to Higher Education Initiative* (PHEI), da Fundação Ford, em quatro países: México, Peru, Chile e Brasil. Apenas o capítulo final da coletânea analisa a situação de um país fora do arco de replicação do PHEI, a Argentina. De todo modo, a coletânea oferece um panorama que assinala processos históricos comuns à região latino-americana, como o passado colonial e os esforços mais recentes de afirmação do direito à diversidade cultural, ao lado da persistente condição subalterna dos povos originários do continente, refletida, entre outros aspectos, por sua sub-representação no ambiente acadêmico.

4 Embora o ponto de partida para as reflexões sobre o crescente afluxo de indígenas à universidade seja um programa de ação afirmativa da Fundação Ford, a coletânea não tem as características de uma publicação institucional, de promoção de resultados. Os textos são reflexivos e foram produzidos pelos próprios coordenadores das iniciativas e não por avaliadores externos — o que faz com que tenham um tom de testemunho e ganhem com a riqueza de detalhes na descrição das experiências nacionais. São descritos especialmente os mecanismos institucionais mobilizados pelas universidades para apoiar o ingresso, a permanência e o egresso de estudantes indígenas: propedêuticos (cursos preparatórios para o ingresso), núcleos de apoio e tutoria, mecanismos diversos de auxílio financeiro etc.

5 A atenção concentrada sobre esses aspectos revela o estágio em que se encontram essas experiências, ainda fortemente confrontadas pelos desafios da institucionalização de políticas afirmativas no ambiente acadêmico. Os relatos sugerem que muito ainda depende do ativismo de professores diretamente envolvidos com as iniciativas e do apoio externo da Fundação Ford — ou seja, são experiências operadas como projetos pilotos, que não têm ainda o *status* de políticas institucionais, tampouco de políticas públicas.

6 A exceção é representada pelo capítulo assinado por Antonio Carlos de Souza Lima, sobre a experiência brasileira — autor que, ao lado de Mariana Paladino, organiza a coletânea. O Trilhas do Conhecimento — como foi chamado o projeto de implantação do PHEI no Brasil — estabeleceu como meta principal colaborar com a elaboração de políticas governamentais para a educação superior de indígenas, processo que é descrito no capítulo de Souza Lima. Destaca-se entre os resultados desse esforço a criação do Programa de Apoio à Educação Superior e Licenciaturas Indígenas (Prolind), em 2005, um programa governamental destinado a mobilizar e sensibilizar as instituições de educação superior, com vista à implementação de políticas de formação superior indígena, especialmente carreiras de licenciatura. Assim, é demonstrada a ação estruturante e radial do PHEI no Brasil, que logrou incidir sobre a formulação de uma política pública específica e apoiar a difusão de iniciativas de inclusão indígena em

universidades, públicas e particulares, federais e estaduais, em vários estados do país, em lugar de centrar esforços em um único projeto piloto.

7 É também Souza Lima quem lança uma pergunta não apenas pertinente, mas fundamental para orientar as ações nesse campo: por que os indígenas querem o ensino superior? Longe de pretender responder a essa questão, o autor é hábil em demonstrar a importância de tê-la em perspectiva, como uma baliza a interrogar permanentemente o sentido histórico atribuído à inclusão de indígenas no ambiente acadêmico e a alertar sobre quem deve ser o sujeito a ter prerrogativas nessa atribuição de sentido. Souza Lima afirma que os povos indígenas no Brasil contemporâneo "buscan instrumentos propios para transitar la maraña político-administrativa brasileña, sin pretensos tutores-guías" (:122), deixando a sugestão de que um dos caminhos para tal instrumentalização passe pela educação superior.

8 O capítulo assinado por María Elena González Plitt e Yéssica Gonzaléz Gómez oferece outros elementos para esse debate, não se restringindo ao testemunho da inclusão Mapuche no ambiente acadêmico chileno. As autoras problematizam as funções exercidas pelo sistema escolar na reprodução e legitimação do sistema de valores da sociedade dominante e das desigualdades que historicamente caracterizam as relações entre indígenas e não indígenas no Chile e nos demais países da América Latina. Com base nessa constatação sociológica, alertam para os riscos implicados em uma inclusão irrefletida de indígenas no ambiente acadêmico, especialmente o de reeditar o assimilacionismo. Segundo Plitt e Gómez, o ingresso de indígenas na universidade, sem dúvida, "debe fomentar una dinámica de relación con la cultura mayoritaria, dinámica que resulta compleja y contraditória" (:165). Trata-se de dar "acceso a la vida social" a esses sujeitos, de modo que possam operar a cultura dominante, sem que tenham que sacrificar suas referências culturais para tanto.

9 Mas favorecer esse trânsito por parte dos estudantes indígenas implica garantir mudanças no ambiente acadêmico, para além daquelas que visam à acomodação institucional de ações afirmativas. São exigidas mudanças no plano político-pedagógico, e Plitt e Gómez enfatizam o papel a ser desempenhado por professores universitários como agentes dessas mudanças — desde que tenham desenvolvido competências, habilidades e atitudes em uma perspectiva intercultural.

10 Esse, contudo, é o aspecto mais crítico da coletânea, já que os desafios da interculturalidade tendem a ser subsumidos aos desafios formais de implementação das iniciativas em grande parte dos relatos. O termo "interculturalidade" é amplamente mobilizado, mas jamais claramente definido. A abordagem geral enfoca a inclusão no ensino superior, sem que se questione a hegemonia da ciência sobre outros sistemas de conhecimentos — o que, de saída, já limita o alcance da concepção de interculturalidade.

11 A leitura da coletânea é bastante recomendável para quem está engajado em iniciativas similares ao PHEI ou deseja estudar os processos de ingresso de indígenas no ensino superior. Apesar de heterogênea quanto ao interesse despertado pelos capítulos que a compõem, a coletânea se justifica pelo registro histórico de um número importante de iniciativas de inclusão indígena em universidades latino-americanas — esforço recente que reclama análises críticas e aprimoramentos.

AUTORES

MÔNICA CELEIDA RABELO NOGUEIRA

UnB